

A GEOGRAFIA DA POBREZA

ADRIANO MOREIRA

Presidente da Academia das Ciências de Lisboa

Presidente do Conselho Geral

da Universidade Técnica de Lisboa

1 - Pela década de sessenta, do século XX, ficou célebre um livro de Josué de Castro intitulado *Geografia da Fome*. Antigo director-geral da FAO, esteve então na Sociedade de Geografia, usando da palavra na Sala de Portugal, perante um auditório transbordante e atento de jovens universitários, sobre o traçado dessa fronteira entre a por vezes chamada cidade Planetária do Norte, afluyente e consumista sem diferenciação de regimes ideologicamente incompatíveis, e o Sul do Mundo em vias de descolonização global.

Por então, na escala de valores internacionais era a justiça da libertação colonial que assumia o topo das pretensões, mas a ideia do desenvolvimento partilhado já circulava entre as definições utópicas de um novo mundo que daria voz a todos os povos e culturas.

Na famosa Conferência de Bandung de 1955, a ideologia desenvolvimentista, na leitura dos que ali proclamaram o fim do colonialismo, assegurava que a

liberdade política dinamizaria capacidades internas até então constrangidas pelos regimes opressores das potências ocidentais, esperando-se um crescimento das forças produtivas pelo acesso aos progressos da técnica, tudo com a pilotagem do Estado nascente apoiado nas vontades populares.

A realidade afastou-se severamente dos sonhos de Bandung, e os conflitos internos, as lutas armadas pelo poder, os genocídios em terras que foram colónias, os regimes torcionários, foram experiências que se multiplicaram. Designadamente, as democracias de fachada, como lhe chamaram Patrick Boudouin e Antoine Bernard, foram tão evidentes que em 1990, depois da queda do Muro de Berlim, a ajuda aos países de África francófona foi limitada aos que mostrassem progressos no respeito efectivo pelos direitos humanos, com o objectivo implícito de desagregar os regimes de partido único, ou, talvez melhor dito, de facção única ou poder pessoal.

Não faltam casos de envio de observadores externos de eleições decorrentes nesses países de independência recente, sob o patrocínio de organizações internacionais, mas a capacidade de ultrapassar a cortina defensiva da jurisdição interna não permitiu sempre recompensar os esforços de boa ingerência. No

antigo ultramar português, as guerras interiores em África duraram mais tempo do que a resistência militar portuguesa.

Esta destruição, alimentada por um comércio de armas ligeiras que apenas países ricos, e identificados, fabricam, não contribui para que o sonhado desenvolvimento, participante da teatralizada sociedade do consumo do norte rico, alargou consideravelmente a área da geografia da fome. Digamos que a privatização da guerra, a legalização dos “cães de guerra”, daquela época de transição, partilha a destruição de bens e recursos financeiros que seriam suficientes para responder à dimensão da crise que caracteriza a geografia da fome. Escrevi, e repito, que a teologia de mercado global não inclui limitações dos objectivos económicos dessas empresas em relação ao Estado sede da instituição, não inspira que o civismo venha antes do objectivo do lucro, a paz não é provavelmente a notícia mais desejada pelos gestores, a corrupção insinua-se eventualmente na metodologia, o seu controlo político, militar, ou jurisdicional, tende para a debilitação ou para a inexistência.

Continuando a ter por referência a fronteira da geografia da fome, estas questões são hoje encaradas, não em função da ideologia plena de esperança de Bandung, mas em função do fenómeno da globalização. Uma avaliação da relação entre

vantagens e desvantagens dessa nova realidade é indispensável para moderar o balanço de cada efeito negativo. Lembraria as notas fundamentais de Michael T. Snart (in *Introducing Global Issues*, Lynne Rienner Publishers, Londres, 2002) que enumera as seguintes vantagens: reduz o poder dos governos autoritários, oferece maior gama de escolhas aos consumidores, alarga a exposição a culturas diferentes; quanto às desvantagens, sublinha as interferências externas não desejadas, alarga a distância entre ricos e pobres, abre caminho a um imperialismo cultural.

Posta esta salvaguarda a favor da imparcialidade de avaliações, o tema da geografia da pobreza exige atenção aos efeitos negativos.

Em primeiro lugar, em vez de definir a pobreza pelo critério estatístico do rendimento expresso em moeda, parecem mais expressivas, sem poderem entender-se exaustivas, as referências existenciais de Don Reeves: pobreza é a falta de leite de mães por falta de alimentação, ou crianças excessivamente esfomeadas para conseguirem estar com atenção na escola; pobreza é viver abrigado sob um pedaço de plástico em Calcutá, abrigado sob o beiral de uma casa durante uma tempestade em S. Paulo, ou sem casa em Washington, D. C.; pobreza é ver o filho morrer por falta de vacinação que custaria uns cêntimos ou

por nunca ter sido visto por um médico; pobreza é uma petição de emprego que o próprio não sabe ler, um infeliz professor numa escola degradada, ou não haver qualquer escola; pobreza é sentir-se impotente – sem dignidade ou esperança.

Não se trata de opções por disciplina espiritual escolhida, trata-se de não ter possibilidade de satisfazer necessidades básicas, involuntariamente, tais como “alimentação, abrigo, cuidados de saúde, roupa, educação, oportunidades de trabalho e de enriquecimento espiritual” (Reeves). Embora nenhum lugar do mundo esteja imune em face da pobreza, designadamente países da que foi chamada a cidade planetária do Norte do Mundo, como os EUA e países europeus, o fenómeno da pobreza, até à recente crise financeira e económica mundial que estamos a viver, tinha evidente domicílio na África ao Sul do Saara, em grande parte da Ásia, na América Latina e nas Caraíbas.

É talvez oportuno relembrar a enumeração exemplificativa dos benefícios da globalização, que logo no início deste breve texto enumerámos, para fixar a atenção em dois factores de relevo, talvez dominantes, nesta questão da fronteira da pobreza, agora a deslocar-se para o Norte do Globo.

Comecemos pela falta de governança mundial, e pela complexidade da polemologia nesta entrada do século XXI. Não se trata apenas da multiplicação de formas de agressão violenta a estruturas fundamentais, nem apenas da multiplicação de Estados que assumiram o poder atómico, ou da possibilidade de poderes atípicos conseguirem ter igual capacidade. Trata-se da tal complexidade da polemologia ter incluído, na dimensão dos Estados, a privatização da guerra a que já fiz referência, da legalização dos cães de guerra, de um objecto social submetido ao mercado e não à ética das soberanias responsáveis; trata-se das crianças que aos milhares estão envolvidas nos combates, com os efeitos de milhares de mortes, de incapacitadas fisicamente, de marcadas no espírito para sempre.

Se é adquirido que a ecologia política atingiu o programa de todas as instâncias internacionais responsáveis, movidas pelo poder da palavra de escritores como Rachel Carson com o seu *Silente Spring* (1962) ou Barry Commoner ao dinamizar o movimento *Science and Survival* (1966), faltam palavras com poder suficiente para que a guerra inútil, a guerra submetida às leis do mercado, a guerra privatizada, seja posta em causa como consumidora dos recursos e destruidora dos bens e valores que permitiriam vencer a pobreza nos seus aspectos mais tenebrosos.

Um desses aspectos está definido nos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2010, cujo Relatório, apresentado em Nova York em 23 de Junho passado, mostra a carência do financiamento e empenhamento que o Secretário-Geral da ONU continua a exigir das potências. Como é regra, o Relatório não deixa de salientar avanços obtidos em muitas áreas, designadamente no domínio da redução da própria pobreza, apesar dos revezes significativos causados pela recessão económica de 2005-2009, progressos na escolarização das crianças, no controlo da malária, na contenção da desflorestação, na melhor utilização das fontes de água, e, designadamente, na área da saúde onde são esperados estes resultados: melhorias no domínio do controlo da malária e do VIH e da imunização contra o sarampo – por exemplo – permitindo reduzir o número de mortes das crianças de 12,5 milhões, em 1990, para 8,8 milhões, em 2008; entre 2003 e 2008, “o número de pessoas que beneficiaram de uma terapia retroviral aumentou 10 vezes – de 400.000 para 4 milhões, o que corresponde a 42% dos 8,8 milhões de pessoas que necessitam de tratamento para o VIH.

Na avaliação destes progressos, o Secretário-Geral da ONU, elaborando sobre o Objectivo 6 dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio destacou o avanço na luta contra o VIH/SIDA como exemplo do êxito dos esforços colectivos.

Trata-se de uma entre seis doenças consideradas mais mortíferas, onde também se destacam a malária e a tuberculose. É evidente que a SIDA é a maior ameaça e que o êxito que se traduz em baixar do pico da pandemia em 2004, que foi dos 2,2 milhões de mortos, para 2 milhões em 2008, não impede que África seja a mais afectada.

Por outro lado, o Relatório sobre os objectivos do Desenvolvimento do Milénio, que faz uma avaliação anual da execução, e que foi preparado para a reunião de Setembro da cimeira da ONU sobre o Projecto, salienta a seguinte exigência, no ponto (2): “necessidade de um crescimento sustentado na saúde da população através de investimentos na saúde global e sistemas de saúde, tais como o *Joint Action Plan for Women’s and Children’s Health*, e programas de fundo tais como o *Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria*, e a *Sanitation and Water for All Initiative* The *Global Fund* necessita de \$ 17 biliões nos próximos três anos para corresponder às necessidades correntes e projectos – uma soma relativamente modesta considerando a eficácia do Fundo e os milhões de vidas que serão salvas. Presentemente, a nossa colectiva e decisiva acção é mais necessária tanto em África como nos países menos desenvolvidos onde a população vive em difíceis condições”. E conclui: “Devemos actuar agora. Devemos evitar regressar às condições pré-crisis que negam a muitos dos

nossos semelhantes uma oportunidade real de terem uma vida decente em vez de manter o nosso planeta num percurso perigoso. Ao contrário, devemos trabalhar juntos para estabelecer as bases de um mais seguro, equitativo e próspero mundo para todos. A cooperação multilateral pode recompensar os nossos esforços, e nós, as Nações Unidas, manter-nos prontos para trabalhar com os Estados Membros das Nações Unidas para este nobre objectivo”.

Infelizmente, os sinais não parecem apoiar a esperança que não desaparece, felizmente, dos organismos da ONU responsáveis pelos Objectivos do Milénio, Talvez a cultura da droga, que sempre existiu no sentido de enfrentar as circunstâncias em que, como escreveu Charles van Doren, a vida é dolorosa ou desagradável, desenvolveu hoje o lado negativo e destruidor que aflige a transição das gerações a que assistimos, colocando-a ao lado do desafio da SIDA, alarmante desde 1979, como duas agressões que ameaçam severamente a saúde e a vida para além dos saber e capacidade de as enfrentar: morreram já milhões de pessoas, e sem uma educação e cura suficientes continuarão a morrer no século XXI ou “nunca chegar a nascer”. A ONU, e a generosidade dos cidadãos do mundo responsáveis, juntam-se aos que “exigem uma cura ou pelo menos uma vacina”. Acontece que, para realizar os Objectivos do Milénio, e responder com factos às esperanças do Secretário-Geral quando fala em nome

da Humanidade inteira, são necessários recursos, e que as promessas das cimeiras possam apoiar-se na realidade da crise brutal que enfrentamos na área financeira e económica, tendo presente que os recursos mundiais e os valores destruídos pelas guerras inúteis seriam suficientes para evitar que a pobreza seja o caldo de cultura da ineficácia, enquanto vai alargando a sua fronteira em direcção ao Norte. A campanha a favor da governança mundial que não existe, e que introduza a paz efectiva que foi prometida em 1945, também pode facilmente ser considerada uma actividade a favor da utopia da paz para os nossos dias, mas, nas circunstâncias actuais, nas quais se anuncia a perspectiva desanimadora de piorarem, se a utopia faltar completamente, também os responsáveis da ONU não serão ouvidos pelo Deus desconhecido a que se dirigem.

2 - Há anos que os sinais da evolução do Estado português para a condição de Estado exíguo, isto é, com uma relação deficitária entre recursos e objetivos imperativos da governação, crescem de aviso e de significado. Nesta data, em que a invocação da soberania repetidamente aflora como defesa contra as consequências das debilidades, e para impedir a erosão da igual dignidade na comunidade internacional, a circunstância de que sem capacidades não existe real estatuto internacional igual, implica assumir o dever da solidariedade de

todas as forças políticas para que, adotando uma plataforma comum, reponham a confiança da população e tornem aceitáveis, com determinação, os sacrifícios exigíveis, remetendo para outro plano de intervenção constitucional a averiguação e imputação de culpas, de imprevisão, de falta de autenticidade, e de má governança. A restauração do valor da confiança na relação global do Estado com a sociedade civil continua a ser a maior exigência no sentido de conseguir a mobilização das vontades dos cidadãos para que não se agravem nem as carências nem os temores, estes piorados pelo diálogo tantas vezes mais descredibilizante dos adversários do que esclarecedor das circunstâncias. Não parece de ignorar que por todo o Ocidente, e portanto também pela Europa, a debilidade das lideranças é evidente e preocupante, que a sociedade civil europeia mostra em vários lugares a insatisfação, agravando os medos, por uma desobediência civil violadora de todas as regras do civismo responsável. Tardam a aparecer as vozes renovadoras e mobilizadoras das solidariedades e das esperanças que deram provas de capacidade quando a devastação da última guerra exigiu enfrentar um desastre sem comparação com a crise atual, vozes que não eram as dos responsáveis pelo cataclismo, era uma nova geração de cidadãos que não rejeitava os cargos políticos, as dificuldades, nem as definições de novos futuros. A questão do Estado social ameaça desenvolver-se ao contrário desta exigência, quando a sua principiologia é indicativa e não

imperativa, vem na Carta dos Direitos Humanos e diplomas complementares da ONU, e está plasmada nos assumidos Objetivos do Milénio, dos quais a ONU não desiste embora lute pelos meios que escasseiam. Não pode exigir-se o seu desenvolvimento quando os meios, mas não a vontade, evidentemente faltam, mas renunciar aos princípios é como que deitar fora a esperança, sem a qual enfraquece a determinação cívica. A sociedade civil tem o dever e o poder de abrir caminho a uma nova geração de responsáveis, de mobilizar o civismo dos melhores para não recusarem os cargos políticos, e não ficar submetida a um dogma de enquadramento partidário inviolável que não vigora nos Estados parceiros da União. Porque, se a situação conhecida é grave, a prospectiva não é animadora de uma melhoria próxima, nem o futuro das próximas gerações lhes pode ser anunciado fácil. Mas sem a reposição da confiança na relação entre a sociedade civil e o Estado, em todas as vertentes da soberania e da administração autónoma ou não autónoma, é difícil que a decisão de os melhores ficarem não seja ultrapassada pela vontade crescente de partirem em busca de outro futuro e segurança. A regra de que o subdesenvolvimento tem a sua mais grave expressão no facto de a sociedade precisar do técnico, ter o técnico, e não ter emprego para o técnico, parece animar a emigração dos quadros. Numa circunstância em que a fronteira da pobreza, que, durante o século passado, o PNUD desenhava excluindo a cidade planetária do Norte,

abundante, afluente, e consumista, está a deslocar-se para o Norte do Mediterrâneo, onde não abundam as vozes que assumam responsabilidades pelo desastre do globalismo económico e financeiro sem governança, e o aparecimento de responsáveis da nova geração, determinados, competentes, e desassombrados, que não esqueçam os imperativos do humanismo, tarda a verificar-se. A sociedade civil tem o dever de tentar abrir caminho a uma nova geração de responsáveis, que coloque um ponto final na decadência dos ocidentais.

3 - É evidente que lembrar a Lei das Sesmarias não pode ter por objeto sugerir que seja posta em vigor uma tão antiga intervenção real. Mas a leitura da circunstância em que foi promulgada, quer interna quer internacional, talvez desperte o talento governativo para a necessidade de hoje, que não é totalmente diferente da data daquela lei, olhar para a interioridade com um critério não apenas de contabilidade orçamental, mas antes com atenção à urgência de impedir que se agrave o desequilíbrio do território nacional. Isto é, que o despovoamento cresça, que instituições sobranes, por exemplo na área do ensino superior, se vejam estrangidas pela falta de recursos que não foram sempre definidos como exigência da soberania do século mas frequentemente em relação com objetivos eleitorais, usando o credo do mercado, que por sua

vez está a produzir as consequências excessivas dos efeitos negativos que o sistema sem regulação produziu. Quando D. Fernando (1367-1383) promulgou a Lei das Sesmarias, talvez por 1375, a Europa estava em crise, com instabilidade política e da paz, para além das carências alimentares e dos efeitos da peste, mas a atenção prestada à agricultura não chegou para corrigir a debilidade. Como recorda a História coordenada por Rui Ramos, a crise dos europeus continuou a agravar-se, os maus anos agrícolas sucederam-se. O que D. Fernando I pretendeu, seguindo política anterior, foi fixar a população à terra, dela recolhendo o sustento. Por essa época, o Norte, entre Douro-e-Minho, era a região mais povoada, e também parte das Beiras, mas Trás-os-Montes, que foi sempre do Reino, era uma região mais desguarnecida, o Sul da conquista seria para povoar à medida que a soberania se estabelecia. Nesta data, a Europa está numa crise a que falta a guerra mas não falta a crescente angústia dos povos, nem a arrogância dos que causaram as duas guerras mundiais. Quando a pobreza avançou do Sul levando a sua fronteira para o Norte do Mediterrâneo, nas águas deste mar processa-se um turbilhão que pode desafiar os ministros dos orçamentos, e a interioridade portuguesa despovoou-se, as pequenas propriedades vão sendo abandonadas, as crianças rareiam, os idosos procuram recuperar iniciativas filiadas em velhos princípios de solidariedade. Tudo factos a que a política agrícola comum não é alheia, de modo que a relação entre gente e terra e

mar, que assegura a soberania do século, vai enfraquecendo, sem que a ideologia de orçamento tenha espaço para reconhecer que à medida que o Estado, a tender para exíguo, cuida das suas debilidades orçamentais, o país definha de definição, da qual a referida relação entre gente e terra e mar é parte essencial. Todos os anos, em Bragança, que é a cidade mais próxima da Europa onde se aprofunda a perigosa definição europeia entre parceiros ricos e parceiros pobres, se reúne um grupo de professores universitários, e gente experiente e dedicada da população, para avaliar a situação, sobretudo no que respeita ao povoamento. Esses professores, nem tendo uma relação de origem com a região, publicam as suas reflexões e conclusões, e o poder local tem desenvolvido uma ação que merece respeito para conseguir inverter o agravamento desta interioridade que vai fazendo diminuir a dimensão real do país. Trata-se apenas de um exemplo, que tem réplica em muitas outras regiões, ameaçadas de ver extinguir instituições que teimam na esperança de animar a recuperação, e às quais vai faltando a massa crítica populacional que as desafiava, animava e justificava. Infelizmente estas questões não parecem ainda fazer parte das graves preocupações dos orçamentos, numa Europa em decadência e desorientada. O anúncio de que a Europa do Tratado de Lisboa está preocupada com a gestão do mar europeu, dos seus recursos vivos, e da plataforma continental, aconselha a pensar, tendo presente o que aconteceu à interioridade, na necessidade de impedir um trajeto

igual em consequências à política agrícola comum. Trata-se pelo menos do esquecido conceito da reserva estratégica alimentar.¹

Hotel Altis Lisboa (ANPROMIS)

09/02/2012

¹ Foram usados textos de 26-10 e 6-12, publicados no Diários de Notícias.